

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.401 - RS (2013/0067731-7)**

**RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
**AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE EMPREENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER/RS**  
**ADVOGADO : GLADIMIR CHIELE E OUTRO(S) - RS041290**  
**AGRAVADO : UNIÃO**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. INSCRIÇÃO DE ÓRGÃO NO SIAFI/CAUC. SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO. RECURSO PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE SUSPENSÃO DA INSCRIÇÃO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA.

I - A Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS ajuizou ação ordinária, contra a União objetivando o cancelamento de sua inscrição no SIAFI/CAUC, determinada em virtude da não aprovação da prestação de contas relativa ao Convênio n. 057/2005.

II - A ação foi julgada parcialmente procedente, para suspender os efeitos da inscrição feita em nome da Emater no SIAFI/CAUC, até que ocorresse a conclusão definitiva da Tomada Especial de Contas no TCU (fls. 317-337), decisão mantida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Nesta Corte, deu-se provimento ao recurso especial para julgar improcedente a ação.

III - De início, em relação à indicada violação do art. 535 do CPC/1973 pelo Tribunal *a quo*, não se vislumbram as alegadas máculas apresentadas pela recorrente, sob a alegação de ausência de manifestação específica sobre as circunstâncias fáticas ou jurídicas da demanda, ou sobre os vícios apontados nos embargos.

IV - Não se configura, portanto, a ofensa ao art. 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja embargos de declaração. Esse não é o objetivo dos aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que lhe forem trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 535 do CPC/1973.

# Superior Tribunal de Justiça

V - No mais cumpre salientar, inicialmente, que o STJ não detém competência para análise de possível violação de ato normativo, por não se equiparar à lei federal, sendo descabida a alegada afronta à Instrução Normativa n. 01/97.

VI - No que diz respeito à violação do art. 25 da Lei Complementar n. 101/2000, ao argumento de que o Tribunal *a quo* suspendeu a inscrição da Emater/RS no cadastro de inadimplentes SIAFI-CAUC, até que fosse proferida decisão final em Tomada Especial de Contas, verifica-se que o acórdão recorrido merece reforma, por encontrar-se em dissonância com a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido: AgInt no AREsp 927.037/MA, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, julgado em 8/8/2017, DJe 17/8/2017; AgInt no REsp 1.586.872/PE, Rel. Ministra Diva Malerbi (Desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Segunda Turma, julgado em 7/4/2016, DJe 15/4/2016.

VII - Ao determinar a suspensão da inscrição do SIAFI/CAUC até a conclusão da tomada especial de contas, o Tribunal de origem adotou as considerações apontadas no parecer do Ministério Público Federal, *in verbis* (fls. 399-402): "A prestação de contas respectiva, todavia, foi rejeitada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MDA, tendo sido fornecidas oportunidades para juntada de documentos e retificação, não observadas pela EMATER, resultando em sua inclusão no SIAFI/CAUC. Encontra-se a prestação de contas em fase derradeira de análise, a Tomada Especial de Contas, que compõe-se de um procedimento realizado no órgão concedente e outro no Tribunal de Contas da União. Desse modo, tanto o pacto firmado pela EMATER, quando a instrução normativa que orienta a celebração de convênios com recursos federais estabelecem a necessidade de demonstração da contabilidade para aprovação das contas respectivas. Entretanto, a entidade não apresentou a prestação de contas dentro do padrão do Ministério de Desenvolvimento Agrário, conforme restou consignado na Análise de Processo nº 047/08/CCONV/CGFCC/SPOA/MDA, de 15 de agosto de 2008 (evento 2, ANEXO PET INI4, p. 53, do processo originário)".

VIII - Observa-se da leitura do parecer do Ministério Público Federal, que foram fornecidas à EMATER/RS diversas oportunidades para juntada de documentos e retificação de sua prestação de contas, que não foram cumpridas. Tal fato, levou a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/MDA a rejeitar a respectiva prestação de contas apresentada, o que resultou na inclusão da entidade no SIAFI/CAUC.

# *Superior Tribunal de Justiça*

IX - Correta, portanto, a decisão agravada que deu provimento ao recurso especial para julgar improcedente a ação ajuizada pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater/RS no cadastro de inadimplentes SIAFI- CAUC.

X - Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**  
Relator